



Câmara Municipal de Castanheira de Pera

ACTA N° 1/2002

Data da reunião ordinária: 09-01-2002

Início da reunião: 10:30 horas

Términus da reunião: 12:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Câmara Municipal de Castanheira de Pera que comparecem à reunião:

Presidente: Pedro Manuel Barjona de Tomaz Henriques

Vereadores:

Fernando José Pires Lopes
Bebiano Antunes Rosinha
Dr. Nuno José Mendes Teixeira Correia
António Alves Henriques

Outras Pessoas:

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Fernanda Bebiano Nascimento Tavares dos Santos

Cargo: Chefe de Divisão

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

Resumo diário da Tesouraria: 08-01-2002

Operações Orçamentais: 799.147,23

Operações de Tesouraria: 48.665,88

ABERTURA

-----Aos nove dias do mês de Janeiro de dois mil e dois, nesta vila de Castanheira de Pera e sala de Reuniões sita no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência do senhor Pedro Manuel Barjona de Tomaz Henriques e a presença dos Vereadores senhores Dr. Nuno José Mendes Teixeira Correia, Fernando José Pires Lopes, Bebiano Antunes Rosinha e António Alves Henriques.-----

-----Pelas dez horas e trinta minutos foi considerada aberta a reunião.-----

BALANCETE DE TESOUREARIA

OPERAÇÕES DE TESOUREARIA - 48.665,88-----

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS - 799.147,23-----

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

-----O Dr. Nuno Correia pediu a palavra para, na qualidade de vereador e cabeça de lista de candidatos à presidência da Câmara pelo PSD e considerando que é a primeira reunião do novo mandato, manifestar a sua intenção de colaborar com os restantes vereadores do executivo à semelhança do mandato anterior, para o bem do Concelho, não deixando de estar atento, na qualidade de membro do Partido da oposição, quando considere oportuno.-----

-----Referiu também as condições dos concursos de admissão de pessoal e dos trabalhadores que prestam serviço nas escolas.-----

-----O Vereador Prof. Fernando Lopes prestou esclarecimentos pertinentes, ficando explícito que o pessoal a que o Dr. Nuno se referiu trabalha em regime de tarefa, não sendo a sua situação laboral da responsabilidade da Câmara, mas sim da própria escola.

-----O Vereador Prof. António Alves manifestou igualmente a sua disponibilidade para, numa atitude construtiva, colaborar com o executivo, colocando-se ao dispor para em qualquer circunstância colaborar em tudo o que seja necessário para a concretização dos interesses do Concelho.-----

-----O Sr. Presidente agradeceu a intenção manifestada pelos Senhores Vereadores do PSD, salientando que espera que haja efectivamente um espírito de colaboração no decorrer dos quatro anos de mandato para que foram eleitos, fazendo votos para que o bem estar e desenvolvimento do Concelho sejam sempre o objectivo principal nas decisões que venham a ser tomadas.-----

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE

PRIMEIRA-----

-----DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS-----

-----Deliberado delegar no Senhor Presidente da Câmara todas as competências previstas no artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, salvo quanto às matérias previstas nas alíneas a), h), i), j), o) e p) do nº 2, alínea a) do nº 3 e alíneas a), b), d) e f) do nº 4, no nº 6 e nas alíneas a) e c) do nº 7 do citado artigo. Mais se delibera delegar no Presidente da Câmara a competência prevista no nº 2 do artigo 2º de Decreto-Lei 409/91, de 17 de Outubro.-----

SEGUNDA-----

-----VEREADORES EM REGIME DE PERMANÊNCIA-----

-----Sob proposta do Senhor Presidente e considerando a necessidade de acompanhamento de diversos projectos, obras e programas com protocolos assinados e participações concedidas,

a Câmara delibera, nos termos do nº 2 do artigo 58º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, fixar um vereador em regime de tempo inteiro para além do número previsto na alínea d) do nº 1 do citado artigo do mesmo diploma legal.-----

TERCEIRA-----

-----REUNIÕES-----

-----Deliberado que as reuniões ordinárias da Câmara Municipal sejam efectuadas nas segundas e últimas sextas-feiras de cada mês com início às 10.30 horas.-----

QUARTA-----

-----APROVAÇÃO DAS ACTAS EM MINUTA-----

-----Deliberado, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que as actas das reuniões de Câmara sejam aprovadas em minuta.-----

QUINTA-----

-----NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE DA CÂMARA NA SERRA DA SAFRA - SOCIEDADE TURÍSTICA, LDA.-----

-----A Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea i) do nº 1 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, nomear o Vereador Senhor Bebiano Antunes Rosinha como seu representante na Serra da Safra - Sociedade Turística, Lda.-----

-----O Senhor Presidente não participou na votação da presente deliberação.-----

SEXTA-----

-----CEFF E PROTECÇÃO CIVIL-----

-----O Senhor Presidente da Câmara informou que delega as competências que lhe são atribuídas no âmbito da CEFF (artigo 5º do Decreto Regulamentar nº55, de 18 de Dezembro) e dos Serviços Municipais de Protecção Civil (artigo 11º do Decreto-Lei 222/93, de 18 de Junho) no Vereador Senhor Bebiano Antunes Rosinha.-----

SÉTIMA-----

-----ASSEMBLEIA GERAL DA RIBEIRAPERA-----

-----Deliberado nomear o Vereador Senhor Bebiano Antunes Rosinha para representar a Câmara na Assembleia Geral da Ribeirapera, S.A., conferindo-lhe plenos poderes para e em nome da Câmara intervir e votar todas as deliberações que forem tomadas.-----

-----O Senhor Presidente não participou na votação da presente deliberação.-----

OITAVA-----

-----PLANOS REGIONAIS DE ORDENAMENTO FLORESTAL (PROF)-----

-----A Lei de Bases da Política Florestal criou os PROF, como forma de promover a gestão e exploração de bens e serviços, bem como a aplicação no quadro regional das orientações da política florestal.-----

-----Deliberado nomear para integrar a referida Comissão o Vereador Senhor Bebiano Antunes Rosinha.-----

NONA-----

-----RIBEIRAPERA-----

-----A Câmara Municipal, enquanto Presidente do Conselho de Administração da Ribeirapera, S.A. - Sociedade para o Desenvolvimento de Castanheira de Pera, delibera designar o Vereador Senhor Fernando José Pires Lopes para a representar no referido cargo.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara não participou na presente deliberação.-----

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE

DÉCIMA

-----COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS-----
-----Deliberado nomear o Vereador Senhor Fernando José Pires Lopes, como representante da Câmara Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.-----

DÉCIMA PRIMEIRA

-----A Câmara Municipal de Castanheira de Pera delibera conferir ao Senhor Presidente plenos poderes para, na qualidade de seu representante, negociar e outorgar todos os contratos e escrituras referentes à alienação, aquisição, locação e oneração de bens imóveis.-----
-----Mais delibera que nas suas faltas e impedimentos o Senhor Presidente seja substituído para os mesmos fins pelo Senhor Vereador Fernando José Pires Lopes.-----

DÉCIMA SEGUNDA

-----SINO DA IGREJA-----
-----A Fábrica da Igreja de S. Domingos apresentou pedido de colaboração da Câmara com base no facto do sino da Igreja Matriz se encontrar danificado, necessitando de ser substituído. Para a aquisição do novo sino, apresentou orçamento de 1.364.304\$00.-----
-----No âmbito das competências da Câmara e tendo em consideração o interesse do pedido formulado, a Câmara Municipal delibera participar a aquisição do novo sino através da atribuição de um subsídio no valor referido.-----

DÉCIMA TERCEIRA

-----VARIANTE DO TROVISCAL - 1ª FASE-----
-----Deliberado por unanimidade autorizar a suspensão provisória parcial dos trabalhos, com data retrotraída a 15-09-2001 até 28-10-2001 e a suspensão provisória total desde esta data até cessarem as causas que a determinaram, nos termos do disposto no artigo 185º, nº2, alínea a) 1ª parte, do Decreto-Lei 59/99, de 2 de Março, e com os fundamentos constantes do relatório de fiscalização da obra, cuja cópia fica anexa à presente deliberação, dando-se aqui por reproduzido para todos os efeitos legais.-----

DÉCIMA QUARTA

-----EXPROPRIAÇÃO-----
-----Deliberado proceder ao processo de expropriação dos terrenos sitos em Sarzedas de S. Pedro, contemplados no PDM para fins industriais, tendo em vista a construção de um Parque Industrial.
-----Mais se delibera incumbir a Dra. Bernardina Macedo de desenvolver o respectivo processo administrativo.-----

INFORMAÇÕES

PRIMEIRA

-----DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS-----
-----O Senhor Presidente informou que no uso da competência que lhe é conferida pelo nº2 do artigo 69º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, delegou no Vereador Senhor Fernando José Pires Lopes as competências previstas no artigo 68º daquele diploma, bem como subdelega no citado Vereador as competências que lhe estão delegadas pela Câmara Municipal.-----

SEGUNDA

-----NOMEAÇÃO DE VEREADORES EM REGIME DE PERMANÊNCIA-----

-----O Senhor Presidente informou que, nos termos do nº4 do artigo 58º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, nomeou para exercer o cargo de vereador a tempo inteiro os Senhores Fernando José Pires Lopes e Bebianos Antunes Rosinha.-----

TERCEIRA-----

-----NOMEAÇÃO DE VICE-PRESIDENTE-----

-----O Senhor Presidente informou que, nos termos do nº3 do artigo 57º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, designou o Vereador Senhor Fernando José Pires Lopes para o cargo de Vice-Presidente a quem, para além de outras funções que lhe estejam distribuídas, cabe substituí-lo nas suas faltas e impedimentos.-----

QUARTA-----

-----CASA EM RUÍNAS - BOTELHAS-----

-----Na sequência de deliberações anteriores, informa o Senhor Presidente da Câmara Municipal que a casa em ruínas sita em Botelhas, propriedade de Lília Rodrigues Antão Ventura e Outros, já se encontra demolida, conforme consta do relatório efectuado pelo Fiscal da Câmara Municipal.-----

QUINTA-----

-----TRANSPORTES ESCOLARES-----

-----O Senhor Presidente informou que, tendo em consideração que uma viatura propriedade do município que efectua os transportes escolares apresenta algumas deficiências sendo, por isso, necessário proceder a reparações que garantam a sua segurança, contratou a prestação de serviços de uma firma de transportes para executar os percursos escolares durante o período em que decorra a reparação, tendo em vista garantir a deslocação dos alunos do concelho.-----

OFÍCIOS

PRIMEIRO-----

-----Presente ofício remetido por PETROSALSA formulando alegada pretensão de instalação de um posto de combustível em Castanheira de Pera. Será enviada previamente cópia do Regulamento de Incentivos Municipais para análise pela exponente das condições da sua aplicabilidade após o que, caso assim o manifestem, será marcada reunião.-----

SEGUNDO-----

-----Presente ofício remetido por SOBRALPNEUS apresentando várias questões a serem resolvidas em reunião que solicitam. Atento à natureza das mesmas, será enviada previamente cópia do Regulamento de Incentivos Municipais para análise pela exponente das condições da sua aplicabilidade após o que, caso assim o manifestem, será marcada reunião.-----

TERCEIRO-----

-----Presente ofício enviado por TERSERRA - Terraplanagens da Serra, Lda.. Será enviado documento informando que a solicitação de terreno em zona industrial para transferência da Central de Betão Asfáltico está a ser avaliada, encontrando-se em análise local apropriado para eventual instalação da mesma. Mais se afirmando a grande importância da empresa requerente para o Concelho, atento nomeadamente o facto de já aqui exercer a sua actividade há cerca de 10 anos, empregar 60 trabalhadores e revestir relevância também a nível económico.-----

INTERVENÇÕES

-----PROCESSO DE IMÓVEIS DA RETORTA-----
-----O Senhor Presidente falou sobre o projecto de, após aquisição, transformar os imóveis da Retorta em "Ninho de Empresas" e pediu opinião sobre a posterior forma de cedência dos mesmos.-----
-----O Dr. Nuno Correia sugeriu que se projectasse a recuperação dos imóveis e posteriormente se procedesse à sua cedência com determinados condicionalismos, nomeadamente quanto a prazos de laboração e eventual ónus de reversão à Câmara.-----
-----O Prof. Fernando Lopes disse concordar com a opinião do Dr. Nuno Correia, mas chamou a atenção para a necessidade de salvaguardar benfeitorias que venham a ser executadas e definir também, eventualmente, a situação quanto à inclusão ou exclusão do âmbito do Regulamento de Incentivos Municipais.-----

ENCERRAMENTO

-----E não havendo mais assunto algum a tratar, foi encerrada a reunião eram doze horas, pelo que de tudo se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta.-----
-----E eu, Maria Fernanda Bebiano Nascimento Tavares dos Santos, minutei, mandei lavrar e subscrevo.-----